

O TRABALHO E SUAS PERSPECTIVAS WORK AND ITS PROSPECTS

Carolina Luiz Paduano *

Luiz Carlos Ferraz Manini **

RESUMO:

O trabalho é um conceito sociológico fundamental, sobre o qual se teceram diversas considerações. Atualmente, o mesmo está carregado pela lógica do neoliberalismo, que busca desqualificá-lo e torna-lo cada vez mais fluído, valorizando-se apenas o ganho imediato. Entretanto, mesmo em um panorama no qual o trabalho mede-se pelo que pode gerar de riquezas, há ainda preconceitos em relação a algumas de suas formas. Busca-se, portanto, identificar as possíveis causas que levam ao menosprezo de determinadas atividades, tal como de lixeiros e pedreiros.

PALAVRAS CHAVE: Trabalho, história, preconceito

ABSTRACT:

Work is a fundamental sociological concept, on which several considerations were woven. Currently, it is loaded by the logic of neoliberalism, which seeks to disqualify it and turn it increasingly fluid, valuing only the immediate gain. However, even in a scenario in which work is measured by how much wealth it can generate, there are still prejudices against some of its forms. Therefore, the aim is to identify the possible causes that lead to the disregard of certain activities, such as garbage collectors and builders.

KEYWORDS: Work, history, prejudice

165

INTRODUÇÃO

O trabalho é uma atividade fundamental do ser humano, e existe para satisfazer suas necessidades. Atualmente, vivendo em uma sociedade capitalista, o trabalho é visto como um caminho para o acúmulo de bens; entretanto, em diferentes sociedades e épocas, o trabalho não foi visto dessa forma, tal como na sociedade tribal, na qual o mesmo está relacionado aos mitos, e integrado entre as atividades religiosas e de lazer. Podemos também defini-lo como forma para conseguir alimento ou mesmo um “caminho” para a salvação, tal como pensado diante das perspectivas calvinistas.

Ao contrário das comunidades isoladas, nas quais o trabalho serve apenas para a sobrevivência, atualmente, nas cidades, as pessoas trabalham exageradamente, segundo Marcuse (apud ALBORNOZ: 2008, p. 74), já que as pessoas trabalham oito horas por dia, quando quatro horas seria o suficiente para sua sobrevivência. Ao mesmo tempo, trabalha-se para manter a ocupação e a obediência das pessoas, gerando-se mesmo o paradoxo de, em uma era cheia de inovações tecnológicas capazes de proporcionar conforto a todos, viver-se sem a possibilidade de uma vida sem trabalho (ARENDETT apud ALBORNOZ: 2008, p. 24).

A partir do prisma calvinista, o trabalho é um caminho religioso para a salvação, embora nem todos compartilhem dessa perspectiva, ao deparar-se com uma rotina cotidiana dura e sem atrativos

* Aluna no primeiro ano do Ensino Médio do Colégio Interativa. Premiada no VIII SITEC - Simpósio Interativa de Tecnologia e Ciências.

** Orientador – professor de História e Sociologia do Colégio Interativa – manini@sercomtel.com.br

que lembrem o sagrado. Para os gregos, o valor do trabalho na terra era estabelecer um elo com os deuses, mas para os judeus, o trabalho é algo à qual o homem está condenado pelo pecado.

Buscando uma definição mais próxima, e inserida no contexto clássico da Sociologia, diz Karl Marx: “o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (1980, p. 202).sendo componentes do processo de trabalho a atividade em si, o objeto de trabalho e os meios de trabalho.

Essas são algumas das idéias atribuídas à noção de trabalho, e existem diversas outras, as quais não podem ser esgotadas neste trabalho. Fazemos este breve levantamento em virtude de nossa preocupação, em um primeiro momento, de definir qual seja nosso objeto de estudo. A partir disto, surge um problema. Atualmente, na sociedade brasileira, algumas atividades que exigem trabalhos “braçais”, como os de mecânico, pedreiro ou mesmo lixeiro, apesar de possuírem uma remuneração que pode enquadrá-los dentro da “classe média”, são vistos como trabalhos ruins pela sociedade. Isto nos levou a indagação dos motivos de tal preconceito.

Para responder a essa indagação, arrolamos algumas hipóteses, tal como o fato de vivermos em uma sociedade cristã, na qual as pessoas ainda veriam o trabalho braçal como um castigo, como a punição dada por Deus a Adão e Eva em virtude do pecado original. Mesmo com a passagem do tempo e outros acontecimentos que influíram nas interpretações da doutrina religiosa, este preconceito ainda estaria presente. Outra hipótese para empregos como esses serem considerados ruins seria uma herança grega, pois nessa sociedade os escravos, responsáveis por estes trabalhos braçais, eram mal vistos pela sociedade. Por fim, outra hipótese a ser testada seria a de que, após anos de escravidão no Brasil, o escravismo tenha deixado como marca a negação do trabalho, sendo valorizadas as atividades intelectuais em detrimento das manuais.

166

Em vista deste questionamento e das hipóteses que levantamos, dividimos o trabalho em algumas seções. Em um primeiro momento, serão discutidas as noções de trabalho existentes na Grécia e em Roma, mostrando como o escravismo era a base da mão de obra. Posteriormente, abarcamos o sistema de trabalho na Idade Média, demonstrando a relação existente entre trabalho e religião católica, o que vem a ser modificado com o surgimento da burguesia e, posteriormente, com o advento da Reforma Protestante. Em sequência, discutimos o valor do trabalho na sociedade contemporânea, retomando a questão do preconceito ainda existente com relação às atividades “braçais”. Em último lugar, discutiremos o escravismo no Brasil, analisando seu impacto na construção da idéia de trabalho no país. Após esse levantamento teórico, foram elaborados formulários de pesquisa, aplicados a pessoas que desenvolvem atividades profissionais, e os mesmos foram tabulados e construídos no formato de gráficos, que não acompanham esta explicação.

UM HISTÓRICO DO TRABALHO

As sociedades grega e romana existiram em tempos diversos. Conquanto a primeira tenha atingido seu apogeu no século V a.C., durante a época de Péricles e da consolidação da democracia, a segunda construiu-se a partir do século VI a.C., com o nascimento da República e consolidou-se no século I a.C., com o alvorecer do Império. Apesar de separadas por este breve período, é convencional colocá-las como integrantes da Antiguidade Clássica, pois possuíram algumas características bastante próximas.

Uma dessas características é a própria noção de trabalho. Segundo Hannah Arendt (apud TOMAZZI: 2000, p. 38), nestas sociedades, o trabalho podia ser dividido em três categorias:

labor (o trabalho braçal pela sobrevivência), *poiesis* (o ato de fabricar, criar algo pela arte), e *práxis* (o uso da palavra), sendo esta última aquela de fato valorizada, pois seu exercício é atividade significativa e exclusiva do homem livre. Esta atividade da práxis dá origem à política, nas discussões sobre os assuntos da polis, destinadas àqueles que possuíam tempo e condições para este exercício.

Para tanto, utilizavam-se escravos, mas esse não fazia apenas o trabalho braçal, existindo alguns escravos que administravam os negócios do seu senhor. O escravo era propriedade do seu senhor, e podia ser vendido, doado, trocado e alugado. Era visto, prioritariamente, como uma coisa, um objeto, e sua existência, segundo Aristóteles, era dada pelo fato que “aquele que por natureza, não pertence a si mesmo, senão a outro, sendo homem, esse é naturalmente escravo; é coisa de outro, aquele homem que a despeito da sua condição de homem, é uma propriedade e uma propriedade sendo, de outra, apenas instrumento de ação, bem distinta do proprietário.” (*In PINSKY*: 1980, p. 11 e 12). Tal forma de trabalho perdeu do século VII a.C. até o século V, quando a Antiguidade Clássica chega a seu fim.

Esta chamada Antiguidade Clássica desfez-se a partir do século II e prosseguiu, em crise, até o século V, quando cai o Império Romano, em sua parte ocidental. Tal desintegração foi possível pois havia uma crise interna em Roma, caracterizada por fatores como a própria extensão de seus domínios, o elevado custo da manutenção de seu exército, a disputa de poder entre seus generais e mesmo o aparecimento do cristianismo, que desfigurou a noção do imperador enquanto um deus entre as divindades do panteão romano. O processo de invasão dos bárbaros fez com que estas estruturas ruíssem, levando o povo a fugir das cidades e abandonar um determinado modo de vida urbano, comercial e baseado no escravismo. Ao novo período que surgiu chama-se Idade Média, cuja característica mais marcante foi o feudalismo. Esta época é caracterizada pela economia ruralizada, pelo enfraquecimento comercial, pela onipresença da Igreja Católica e por uma sociedade hierarquizada, baseada na idéia de estamentos.

167

A sociedade feudal era principalmente rural, já que a maior parte das pessoas morava no campo, dentro dos feudos. Os camponeses trabalhavam na agricultura, mas ficavam com poucos frutos, uma vez que os nobres eram donos das terras, e a eles se destinavam uma série de impostos, os quais consumiam a maior parte da produção. Todos os poderes jurídico, econômico e político concentravam-se nas mãos destes senhores feudais.

O **feudo** era a grande propriedade de terra onde os servos trabalhavam. Era dividido em três partes, com um manso senhorial, um manso servil e as terras comunais. A economia ali desenvolvida era de subsistência, pois o feudo não produzia tantos excedentes, mas apenas o básico para sobreviver. Por causa disso, e em virtude do clima de insegurança presentes na Europa, as cidades e o comércio eram pouco desenvolvidos.

Na sociedade feudal, a terra era o principal meio de produção, mas diferentemente da sociedade greco-romana, não existiam escravos. Havia senhores e servos, ambos possuidores de direitos e deveres. Os trabalhadores produziam em suas terras e nas terras do senhor, e deveriam pagar impostos, tal como a talha e as banalidades.

Do ponto de vista cultural, a chamada Idade Média já foi considerada enquanto uma “idade das trevas”. Tal atribuição deve ser creditada aos renascentistas, que desprezavam o período medieval por existido, em termos culturais e científicos um predomínio da visão de mundo religiosa católica. Pode-se explicar esse predomínio por dois fatores: em primeiro lugar, para a maioria das pessoas, o feudo constituía seu próprio mundo. Ali nasceria e ali morreria, sem um maior contato com o ambiente exterior. Dessa forma, o conhecimento que possuíam chegava através das pregações e das lições dadas pelos membros da Igreja. Em segundo lugar, o constante

R
E
V
I
S
T
A

medo da morte, facilitado pela violência dos “bárbaros” e pelas doenças, que não permitiam uma grande expectativa de vida, prenderam o homem medieval aos preceitos religiosos, buscando levar uma vida que abrisse as portas para sua salvação pós-morte. Desta forma, a Igreja Católica consolidou seu poder, tornando-se onipresente na Europa feudal. Seus pressupostos eram os formadores da visão de mundo destas pessoas, e nisso se inclui a própria concepção de trabalho.

O trabalho era visto com uma verdadeira maldição, e era desqualificado, já que não permitia a quem trabalhava uma constante meditação e contemplação, que eram as formas de se chegar perto de Deus, e então, conseguir a salvação. Além disso, dentro da visão de mundo católica, o trabalho também não poderia ser bem visto, já que carregava a marca do pecado. O trabalho teria surgido, de acordo com esta leitura de mundo, a partir do castigo perpetrado por Deus a Adão e Eva, em virtude do pecado original. Expulsos do paraíso, precisaram trabalhar para garantir a própria sobrevivência. Desta forma, na mente do homem medieval, o trabalho não seria capaz de trazer a salvação ou mesmo algum fruto que pudesse torná-lo mais digno ou honrado. Esta concepção perdurou até o advento da chamada era moderna. Esta época pode ser considerada, exatamente, como um momento de “revolução social” cuja base consiste na substituição da produção feudal pela produção capitalista. É um período de intensas mudanças, que passam pelo surgimento dos Estados Nacionais, pela expansão marítimo-comercial, pela Reforma Protestante, pelo Renascimento cultural, entre outros eventos, culminando na Revolução Francesa.

A partir do século XII, com o renascimento comercial e urbano na Europa, começou a desenvolver-se um novo grupo social, a burguesia. Eram pessoas que conseguiam renda a partir das atividades comerciais. Esses burgueses davam empregos para outros trabalhadores (artesãos, carregadores, artistas, criados domésticos) e, aos poucos, estabeleceram uma hierarquia baseada no dinheiro. Ao invés de simplesmente trocarem seus produtos, como faziam anteriormente, essa classe começou a praticar atividades em troca de dinheiro, com a venda de seus produtos. Foi nessa época que as pessoas começaram a abandonar os campos e o comércio renascia fortalecido. No início da idade moderna, as cidades começam a se expandir, o dinheiro adquire valor e o comércio supera a terra enquanto gerador de renda.

Uma das características da era moderna é também a aplicação da ciência a produção, para que pudessem produzir cada vez mais, e mais rápido e assim ter um lucro maior. Como consequência, a tecnologia também dá origem e se expande com a Revolução Industrial, a qual também foi responsável por um acentuado êxodo rural, fenômeno que observamos até a atualidade.

Com isso, as cidades começam a crescer, não apenas pelo aumento da população, mas também pelas novas conquistas na área da saúde, que consegue controlar algumas epidemias e reduzir a mortalidade infantil. Também a forma de trabalhar muda nas cidades, já que além de usar as máquinas para a produção, acontece também a separação entre lugar de trabalho e lugar de moradia. Antes, o artesão produzia suas obras no mesmo local em que convivia com a família, mas o operário das cidades não trabalha mais em casa, e sim nas fábricas, desligando sua atividade produtiva do círculo doméstico.

Além dessa separação de local de trabalho e local de moradia, com as linhas de montagem nas fábricas, acontece também uma mudança na forma de produção e no domínio das técnicas. Cada trabalhador entenderá apenas sobre um ponto do processo (apertará um parafuso, preencherá um tipo de requerimento), não sabendo mais o alcance do seu trabalho, pois não vê o conjunto da atividade em que ele participou.

Também ocorre um corte entre produtor e consumidor, já que o trabalhador não sabe mais para quem vai ser dirigido o produto feito por ele..

168

R
E
V
I
S
T
A

Dessa forma, podemos caracterizar o trabalho na sociedade moderna como a época em que se opera essa enorme revolução social. Surge a burguesia, as pessoas passam a morar e trabalhar nas cidades, pois é onde estavam as fábricas, a forma de trabalhar se modifica com as indústrias e suas linhas de montagem, assim como a separação entre produtor e consumidor, e entre o local de moradia e o local de trabalho. O trabalho começa a ser alienado, e os trabalhadores passam a vender a força de seu trabalho, e não apenas o produto, do qual não se sentem produtores, já que dominam apenas uma pequena parcela de conhecimento sobre seu processo, culminando com o crescimento e enriquecimento da burguesia, que verá no Estado Absolutista um grave empecilho, lutando por sua derrubada. É um evento deste tipo, a Revolução Francesa de 1789, que dá origem a um novo período da história, a Idade Contemporânea.

Tal como a época moderna, é um período de enormes mudanças, caracterizado pelo domínio da burguesia sobre o restante da sociedade. Este domínio burguês levou a uma valorização intensa do trabalho, como produtor da vida e de seu sentido. O indivíduo moderno não tem outro sentido para a sua vida se não for pelo trabalho, e segundo Hannah Arendt, cada vez mais temos uma alma operária (apud ALBORNOZ: 2008, p. 24). Ainda segundo Arendt (apud ALBORNOZ: 2008, p. 49), no mundo contemporâneo todo o trabalho se reduz ao nível de labor (o trabalho braçal para os gregos), já que trabalhar hoje em dia é um esforço rotineiro e cansativo, que traz poucas satisfações positivas.

Atualmente as pessoas trabalham oito horas por dias, quando quatro horas seriam suficientes para produzir alimentos e produtos necessários para a sobrevivência. Dessa forma, o excesso de trabalho tem a função de manter as pessoas obedientes e ocupadas, abafando os protestos. Para Marcuse, o trabalho hoje não é apenas alienado, mas alienante, pois todo esse esforço alienado imbeciliza e reduz a capacidade do homem de se opor ao sistema e de superá-lo.

Nesse contexto, convivem diversas interpretações e doutrinas sobre o valor do trabalho e da economia, bem como sua organização, tal como o liberalismo, o keynesianismo, o fordismo, o taylorismo.

O liberalismo defende que a maior parte dos problemas econômicos e sociais acontece em virtude da intervenção do Estado na economia, já que este determina os preços, salários, trocas comerciais e outros. Apregoa que a forma certa seria deixar os mecanismos econômicos naturais funcionarem, com isso a economia se organizaria por si mesma. E o Estado então só teria que proteger a propriedade privada e a liberdade da sociedade.

Porém, os princípios liberais não acontecem como o prometido, já que não conseguiu sustentar o crescimento econômico sem crises e mantendo a justiça social. Colocando cada indivíduo como responsável pelo seu sucesso ou seu fracasso, deformou o papel das instituições públicas, permitindo um perigoso jogo de mercado que culminou com a crise de 1929, nos Estados Unidos. Somando a Revolução Russa e a Grande Depressão, começou a surgir um sentimento anticapitalista. Com o fracasso do liberalismo, o estado volta a intervir na economia.

Em 1936, John Keynes, economista inglês, defende que, para acabar com a crise do capitalismo após a Grande Depressão de 1929, o Estado deveria interferir na economia e garantir transporte, saúde, educação, habitação, entre outras necessidades, à população. Esse tipo de intervenção construiu o chamado Estado de Bem-Estar Social, vigente até a década de 1970, quando a crise do petróleo fez com que esse tipo de investimento tornasse muito cara a sua existência.

Em resposta a esse tipo de Estado, vigente em boa parte da Europa e nos EUA, surge o neoliberalismo, defendendo o corte de despesas públicas, de benefícios sociais, liberalização econômica, venda das empresas estatais, prioridade do combate à inflação, reduzindo assim

a cobertura social aos trabalhadores. Nos anos 90, o neoliberalismo ganha força na Europa, principalmente após a queda do comunismo, entre 1989 e 1991, disseminando-se posteriormente para a América Latina, em especial o Chile, que estava sob a ditadura de Augusto Pinochet. Depois de um tempo outros países como a Argentina, o México, a Venezuela e o Peru também adotam uma política neoliberal. É desta época que podemos falar na disseminação da globalização.

Esse fenômeno afeta o ritmo da indústria, do comércio, das comunicações e dos transportes, fazendo também com que grandes empresas produzam em diferentes partes do mundo, onde a mão-de-obra e as matérias primas são mais baratas. De certa maneira, a globalização também aguça o desemprego, pois as empresas deslocam suas fábricas para outros países, nos quais a mão de obra seja mais barata e a legislação trabalhista seja mais flexível, podendo assim ampliar seus lucros. Este fenômeno apóia-se em uma concepção de organização do trabalho a que se chamou de toyotismo, surgido em substituição aos antigos conceitos de fordismo e taylorismo.

Este modelo de organização do trabalho visava maior flexibilidade e organização, baseando-se no processo de terceirização, da exigência de um trabalhador criativo e polivalente, entre outras características, prevalecendo no mundo atual globalizado. Há uma crescente valorização da mão de obra bem formada e treinada, com alta especialização técnica. É nesse contexto que encerramos a discussão sobre a evolução das formas de trabalho no mundo, e passamos a discuti-la no Brasil.

O Trabalho no Brasil

A história do Brasil inicia-se com a chegada aqui dos primeiros seres humanos, através de uma série de migrações ocorridas na última era glacial, há cerca de 12 mil anos. Estes homens formaram o que chamou-se depois de povos indígenas, em virtude da confusão causada pela chegada dos europeus a essa terra. É esse evento, inclusive, que marca o início da história do Brasil de um ponto de vista eurocêntrico.

Quando da chegada dos portugueses ao Brasil, buscava-se tornar esta terra uma colônia, para satisfazer aos interesses mercantilistas da metrópole. Não sendo encontrado aqui nenhum metal precioso e havendo o risco de perder tais terras caso não a colonizassem, os ibéricos decidiram-se pela instalação de uma empresa açucareira. Esta baseou-se em três idéias básicas: a da monocultura, feita em latifúndios, utilizando para tanto a mão de obra escrava. É através da escravidão que se inicia a história do trabalho no Brasil. Entende-se por escravidão a sujeição de um homem pelo outro, de forma completa, já que o escravo é propriedade do senhor, e também porque um escravo pode até ter suas próprias vontades, mas não pode realizá-las, estando completamente sujeito a seu senhor.

O negro foi trazido ao Brasil para trabalhar na grande lavoura colonial que produzia para o mercado externo. O trabalho escravo era essencial para a organização da grande lavoura, já que eram necessários muitos braços para a realização de todas as atividades do engenho. Apenas nos pequenos engenhos não era utilizada tamanha mão-de-obra escrava, sendo que em alguns casos nem usavam escravos, mesmo porque os objetivos desses pequenos engenhos eram outros, produzindo rapadura ou cachaça.

É possível então dizer que a principal característica da agricultura brasileira do período colonial e de todo o século XIX é a propriedade escravista, durante a produção de açúcar e do café. Apesar de receberem três refeições diárias, água e cuidados médicos (para que a “mercadoria” fosse bem cuidada), esses escravos sofriam de fome, sofriam pela sujeira e pelo desconforto e alguns até morriam. Nos navios negreiros, que os traziam ao país, não havia um exato limite de

numero de escravos, pois era colocado o máximo possível dentro desses navios. Essas viagens poderiam demorar cinquenta dias, ou até mesmo seis meses. E durante todo esse tempo de viagem muitos morriam. Não só os escravos, mas até mesmo os brancos, embora a taxa de mortalidade deles era de apenas 1%.

O escravo era tratado como mercadoria, e podia não só ser comprado e vendido, mas até mesmo alugado e oferecido como fiança. O escravo vivia em função das tarefas que davam a ele, e o elemento necessário na existência do negro era o trabalho.

Os negros escravos viviam nas senzalas que eram habitações coletivas, eram construções longas e sem janelas, ou quando as havia, eram com grades. Havia aberturas no teto para ventilar e iluminar. Dentro dessas senzalas havia esteiras, ou cobertores e travesseiros de palha. Apesar dos inconvenientes, como odor, ruído e medo, as senzalas eram construídas junto a casa-sede da fazenda. Isso porque o escravo era o bem mais valioso que o senhor tinha.

Sua rotina de trabalho atravessava toda a semana, havendo pausas nos domingos para que os cativos pudessem assistir às missas, e receber a pregação dos padres, que insistiam em seu conformismo e na aceitação de sua situação. Estas constantes pregações fizeram com que muitos negros mudassem ou mesmo dissimulassem sua condição, como forma de garantir sua sobrevivência.

Podemos perceber que o escravo era humilhado desde sua prisão, na África, até o momento de sua morte, pois toda sua vivência era marcada por humilhações e sofrimentos. Trabalhar em jornadas excessivas, apanhar por motivos fúteis, má alimentação: tudo isso foi característico do Brasil ao longo de mais de trezentos anos de nossa história. Claramente, essa situação deixou inúmeras marcas, que se referem ao desprezo pelos trabalhos manuais, ao baixo valor dos salários, à exigência e ao status atribuído aos portadores de diploma de curso superior, entre outros aspectos, tais como o racismo.

171

DADOS PRÁTICOS

Após a identificação do problema, foi lida a literatura especializada sobre o tema desde a Antiguidade até a atualidade, tal como descrito nas seções anteriores. Foram realizados fichamentos e análise dos textos que serviram de base para a elaboração do formulário de pesquisa.

Foram realizados formulários de pesquisa para conhecer a opinião de algumas pessoas sobre o preconceito que algumas profissões sofrem, assim como para verificar o que as pessoas consideram como definição de trabalho atualmente. Das 90 pessoas entrevistadas, todas estavam empregadas no momento (ano de 2010). Destas, 25% tinha até 25 anos, 47% entre 25 e 40 anos, 22% entre 40 e 50, 5% entre 50 e 60 anos e 1% tinha a idade acima de 60.

Sobre a faixa salarial, 26% dos que responderam ao questionário ganhava até 700,00. 34% tinham a renda entre 700,00 e 2000,00. Além disso, 20% ganhavam entre 2000,00 e 6500,00. 12% dos entrevistados ganhavam acima de 6500,00. 8% não assinalaram essa questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos com o formulário de pesquisa, foi possível perceber que algumas concepções que existiam acerca do trabalho se modificaram ao longo do tempo. Das pessoas entrevistadas, apenas 4% encara o trabalho enquanto um sofrimento, tal como foi suposto ao início da pesquisa, baseando-nos na ideia de que o Brasil seja uma sociedade cristã. Para 47%, o trabalho é uma forma de sobrevivência. Um dado interessante foi que 39% dos

R
E
V
I
S
T
A

entrevistados apresentaram o trabalho como uma forma de satisfação pessoal, desprezando as demais alternativas. No entanto, a maioria dos entrevistados acredita que existe preconceito em relação a determinadas profissões, sendo as de lixeiro e pedreiro as mais discriminadas.

Tal preconceito ficou evidente quando, mesmo estando em uma faixa salarial menor do que a de lixeiro, os entrevistados diziam que não gostariam de ter esta profissão. Com isso, foi possível perceber que algumas formas de trabalho de fato são alvo de discriminação, o que se mostra não apenas pelo caráter financeiro, mas pelo tipo de atividade que exercem. Deriva disso uma comprovação de que o preconceito em relação a algumas profissões provém de nosso passado escravista, no qual as tarefas pesadas e “suja” eram entregues aos negros escravizados.

Outro dado interessante é a confirmação da ideia de Hannah Arendt sobre a alma operária, uma vez de acordo com os dados levantados, 88% dos entrevistados não conseguem imaginar uma vida sem trabalho.

Portanto, ao identificarmos o preconceito e podermos avaliar que o mesmo é decorrente de nosso passado escravista (deixando de lado as outras teses aventadas ao início do trabalho), é possível notar que existe um papel fundamental da escola na conscientização sobre o valor dessas atividades, uma vez que a maioria das pessoas entrevistadas percebem a utilidade e a necessidade de tais trabalhos.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 2008,

CARMO, Paulo Sérgio. *O trabalho na economia global*. São Paulo: Moderna, 2004.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980. Volume 01.

PINSKY, Jaime. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

SALDANHA, Maria Teresa. *Sêneca e o binômio: Liberdade X Escravidão*. Disponível em <<http://www.fengshuibrasil.com.br/imprimir/seneca.pdf>>. Acessado em 15 de Março de 2010.

SAVIANI, Demerval. *O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias*. Disponível em <<http://www.diaadia.pr.gov.br/nre/cornelioprocopio/arquivos/File/Ensinomedioblocos/Encontro3Otrabalhocomoprincipioeducativo.pdf>>. Acessado em 15 de Março de 2010.

TOMAZZI, Nelson D. *Iniciação à Sociologia*. 2. ed. São Paulo: Atual, 2000.

TUMOLO, Paulo Sérgio. *O significado do trabalho no capitalismo e o trabalho como princípio educativo: ensaio de análise crítica*. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/024/24ctumolo.htm>> Acessado em 15 de Março de 2010.

VICENTINO, Cláudio. *História Geral*. São Paulo: Scipione, 2002.